

COMENTÁRIOS & PERSPECTIVAS

A economia, na visão do governo

Brasil

Maria Clara R. M. do Prado



A área econômica do governo sustenta que o PIB crescerá 4% em 2000.

Considerando as condições atuais, não haveria motivos para se pensar de outra forma, crê o secretário de Política Econômica, Edward Amadeo.

O Ministério da Fazenda trabalha com a seguinte distribuição do crescimento por setores: agricultura e pecuária teriam a renda ampliada em 3,8%, o setor industrial crescerá 5,2% e o setor de serviços, 3,7%.

A política econômica atua para que a expansão seja impulsionada pelo lado da demanda. Não por um súbito aumento da renda disponível no bolso dos consumidores – o desemprego ainda é elevado e os salários caíram em termos reais 4% a 5% este ano – mas pelo aumento da oferta de crédito.

A recuperação será puxada pelo crédito”, diz com todas as letras o resumo de cinco páginas do “Brazilian Macroeconomic Outlook” - Panorama Macroeconômico Brasileiro distribuído na quinta-feira pelo Ministério da Fazenda, através da Internet.

Traz informações complementares em apoio à “conference call” realizada pelo Ministério da Fazenda, com o apoio do banco Salomon Smith Barney, dirigida a consultores e representantes do mercado financeiro.

Qualquer sistema que passa por ajustes fiscal, cambial e monetário da magnitude verificada no Brasil cria o espaço e a necessidade de impulsionar a recuperação através da política monetário e de crédito.

E a inflação, onde fica a inflação?

A questão também foi abordada pelo secretário Edward Amadeo.

Fica claro que a desvalorização cambial chegou aonde podia ter chegado. O governo trabalha com a expectativa de que o câmbio não passe do atual patamar.

Os novos parâmetros para o nível mínimo das reservas internacionais líquidas, negociados com o FMI, são um indicador nítido de que acima de R\$ 2,00 o câmbio pode incomodar. O Banco Central conta agora com mais folga para intervir no mercado sempre que houver pressão contra o real.

O câmbio é a curto prazo a principal fonte de preocupação no terreno da inflação. Sobre ele o governo passa a ter maior margem de controle mas continua estreitamente dependente dos fluxos de divisas, da política monetária dos países desenvolvidos e da recuperação da economia internacional.

Uma desvalorização acentuada do real tem impacto ruim sobre os custos de produção pelo encarecimento das importações. Tem ainda efeito nocivo nos preços internos pelas vias transversas do estímulo do câmbio sobre as exportações. Quando vende mais para fora o País reduz a oferta interna daquele determinado produto e o preço doméstico acaba sendo pressionado.

É o que está acontecendo com a carne bovina, cuja exportação quase dobrou.

Mas a área econômica do governo não chegou a entrar nesse tipo de detalhe.

Parece convencida de que não devem surgir grandes choques do lado da oferta. Supõe não apenas que o grosso da desvalorização tenha já ocorrido, mas que tenham sido esgotados os efeitos do ajuste de tarifas, do choque do petróleo, do aumento de impostos e do clima ruim para a safra agrícola. Acha a Fazenda que o ano 2000 vai começar com preços relativos bem ajustados.

Amadeo admite o risco de alguma trans-

ferência dos preços de atacado para o consumo, embora acredite que os efeitos tendem a se dissipar ao longo do ano.

De fato, o impacto da desvalorização do câmbio sobre o índice de preços por atacado (IPA) da FGV do Rio de Janeiro não trouxe a contaminação que alguns esperavam nos preços ao consumidor.

A própria Secretaria nota que o IPA cresceu até setembro 19,4% no ano. Muito acima do IPCA que até ali acumulava 6,1%.

Edward Amadeo chamou a atenção dos que o ouviam na “conference call” para o fato de a relação IPA/IPC ter chegado ao seu ponto mais baixo entre junho de 1994 e janeiro de 1999 (ver gráfico). Significa dizer que nesse período o IPA cresceu à taxa menor do que o IPC.

É fácil entender. O câmbio valorizado ga-

rantiu a oferta de produtos baratos, pelo impacto favorável da importação.

Por se tratar de bens físicos – ou comercializáveis, no jargão dos economistas – e serem estes justamente os que influenciam o IPA, o benefício da valorização cambial sobre esse índice foi praticamente total.

O mesmo não aconteceu com o IPC, cuja estrutura está montada na captação de preços não apenas de comercializáveis mas também de não-comercializáveis, categoria em que estão inscritos os serviços, como consultas médicas, dentistas e educação.

A âncora cambial seguiu o preço das mercadorias mas não o dos serviços porque esses não são importados. Caracterizam-se pela oferta ser basicamente interna. No Plano Real, foi pequena para atender à crescente demanda motivada pela estabilização.

O IPC caiu mais devagar do que o IPA.

O que está acontecendo a partir da desvalorização cambial é o inverso.

O câmbio sobe, os importados ficam mais caros e o impacto desse custo é totalmente absorvido pelo IPA. O efeito do aumento dos comercializáveis no IPC demora a aparecer. É diluído em meio aos preços mais baixos dos serviços, que não sofrem influência da desvalorização cambial.

A curva da relação IPA/IPC ainda não chegou ao nível de junho de 1994 mas é claramente ascendente, conforme se vê no gráfico do Ministério da Fazenda. Acompanha de perto o ritmo da desvalorização do real.

A tendência seria de os índices de preço ao consumidor passarem a refletir mais fortemente a carga até aqui carregada pelo IPA. Mas saber quanto é uma incógnita.

Não se trata apenas de conter o ritmo da desvalorização. Mas de observar os efeitos retardatários sobre os preços finais dos aumentos estocados no IPA, no passado.

Do lado da demanda, é certo que os salários foram achatados em termos reais, mas há claros sinais perigosos de pomposos reajustes aqui e acolá. Há ainda a política deliberada de impulso via crédito.

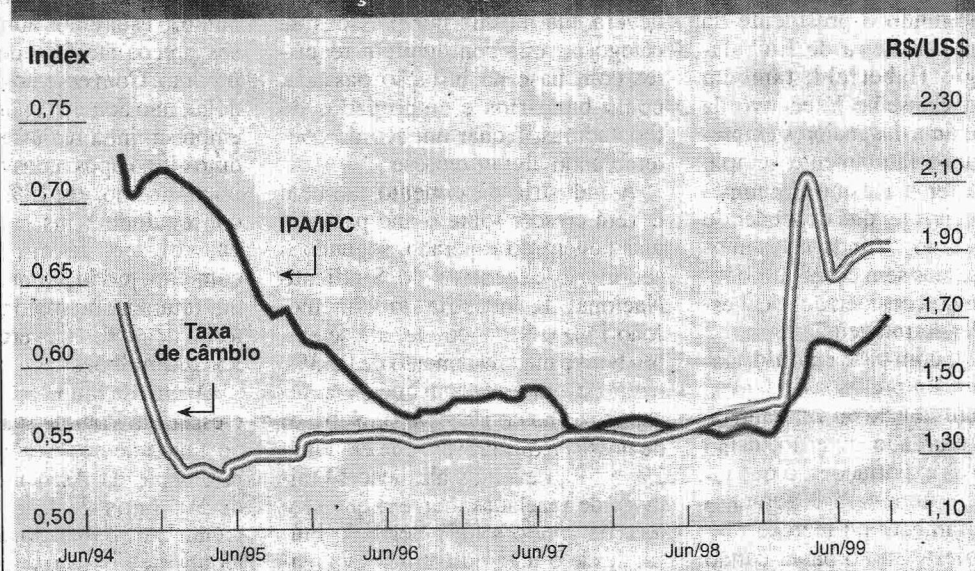
Do lado da oferta, existe capacidade ociosa a ser preenchida, mas a questão é saber qual dos dois vai correr mais rápido: se a demanda ou a oferta.

Independentemente do impacto da desvalorização, boa parte de uma suposta inflação em potencial vai depender também do ponto em que a maior demanda encontrará a oferta.

Se for no ponto de equilíbrio, um com um, tudo bem. Se for pontos acima, dois com um, tudo mal. ■

(Esta coluna sai todas as terças, quintas e sextas-feiras)

Relação IPA/IPC e Câmbio



Fontes: FGV/Secretaria de Política Econômica - Ministério da Fazenda